



J  
13

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

### ----- Mandato 2017/2021 -----

### ----- ATA NÚMERO DEZASSEIS -----

----- Ao trigésimo dia do mês de junho, do ano dois mil e vinte, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do membro Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, Presidente da mesa, Maria da Assunção Gouveia Bártole Matias, 1.ª Secretária e por Emílio José Meireles Almendra, 2.º secretário. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-

----- Artur Manuel Pires; João Carlos Alves Valério; Michel Lima Monteiro; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Joni Micael Bento Ledo; Olívia Amélia Diogo Martins; Hernâni Joaquim Vilares Teixeira; Filipe Azevedo Teixeira; André Marcelino Garcia Ferreira; Armando dos Anjos do Bem Teixeira. -----

----- O membro da AM da coligação Acreditar PPD/PSD-CDS/PP, Ânia Raquel Dionísio Teixeira, foi legalmente substituído pelo membro substituto Rui Pedro Pereira Machado. -----

----- O membro da AM do Partido Socialista, Berta Augusta Teixeira de Vilhena Carneiro de Carvalho, foi legalmente substituído pelo membro substituto Tiago Filipe Silva Morais. -----

----- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----

----- Frederico Macedo Teixeira; Joaquim Filipe Frutuoso Correia; João Jorge Gouveia Garcia; António João Barros Rodrigues; Manuel António dos Prazeres Madureira; Vítor Cassiano Queijo Pereira; Fernando Augusto Silva Brás; Armindo António Olmo; Alípio Alberto Monteiro Fernandes; José António dos Santos Ferreira; Carlos José Almeida Seixas; Justino Manuel Bernardo dos Santos. -----

----- O Presidente da União de Freguesias de Assares e Lodões, Fábio Lúcio Trigo Queijo, foi legalmente substituído pela secretária, Laura Manuela Ferreira Afonso. -----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

----- O Presidente da União de Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas, António Abel Fraga, foi legalmente substituído pela secretária Mariana Filipa Calixto Marques. -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----

----- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----

----- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice-Presidente da CMVF. -----

----- Abílio Batista Maia Evaristo, vereador do PS. -----

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vereadora da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Constatada a existência de Quórum, a Presidente da mesa declarou aberta a décima quarta Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **PONTO UM: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **PONTO DOIS: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (ART.º 37.º): A) EMISSÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR, PROPOSTOS POR QUALQUER GRUPO POLÍTICO OU DEPUTADO MUNICIPAL; B) RECOMENDAÇÕES OU MOÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO; C) INTERVENÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA RESPOSTAS, EXPLICAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS.** -----

----- **A Presidente da AM** deu conta das substituições dos membros da AM, bem como das substituições dos Presidentes de Junta de Freguesia. De seguida deu conhecimento de uma proposta apresentada pela bancada da *coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP*, sobre a aprovação das reuniões das Assembleias Municipais em registo de som e imagem, em direto ou diferido, por qualquer meio técnico de transmissão pública existente (*Anexo I*). Disse que esta proposta apresentada tem a ver com a reunião de AM anterior, onde a proposta tinha ido a votação e não teria sido aprovada. Informou que se tinha comprometido a reunir com os três líderes partidários para entrarem em acordo relativamente a este assunto, mas que devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, não foi possível reunirem. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** sobre o assunto da transmissão das Assembleias, disse que houve um espaço temporal, em que ficaram de reunir mas não reuniram. Entende que tinham chegado a um consenso de constituir uma equipa, que iriam elaborar um parecer para ser aprovado no regimento. Entende que, se não estiver nos termos regimentais como foi dito, o legislador, como se pode ver nos vários

pareceres da Comissão de acesso aos documentos administrativos ou até da própria CCDR, dispõe que não estando regimentado, apenas equivale a notas pessoais. Entende que, o caminho a seguir é o caminho em que tinham entrado em acordo na última reunião de AM, que é reunir e estabelecer o trabalho a fazer. Não vê necessidade de alterar o que já tinham acordado na última reunião de AM. Disse que a justificação da Presidente da AM é plausível, pois a pandemia apanhou toda a gente desprevenida e não se sentiu confortável para reunir com os líderes partidários. Atualmente existe outro conforto e entende que devem seguir o caminho que já estava traçado desde a última reunião de AM. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)**, disse que a coligação Acreditar, veio novamente com este assunto, porque tiveram recentemente uma reunião com o Presidente da CMVF que poderia nesse entretanto ter feito alguma coisa. Como nada foi feito, a sua bancada vem novamente apresentar a proposta que, entende que foi melhorada e deve ser sufragada quer seja votada contra ou a favor. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que o pressuposto não era esse mas, entendendo as palavras do membro da AM Olívia Martins, reserva-se no direito de considerar se a proposta foi melhorada, e entendendo que não foi melhorada, pois não tem nenhum disposto articulado à proposta nem nenhum parecer que a suporte. Nesse sentido, a bancada do PS votará contra. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que pediu a palavra para dizer ao membro da AM Olívia Martins que o Presidente da CMVF, não chamou os líderes partidários por causa deste assunto. Chamou a Presidente da AM e os representantes de cada partido para falarem da organização da própria AM, onde questionou se queriam realizar a AM por videoconferência ou presencial. Entende que não se deve meter nos restantes assuntos que são da competência da AM. -----

----- **A Presidente da AM** colocou a proposta apresentada pela Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP (*Anexo I*) a votação. -----

----- **Votação:** A proposta apresentada pela Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP (*Anexo I*) foi rejeitada com 11 votos a favor da bancada da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP e da bancada do BE e 17 votos contra bancada do PS. -----

----- **A Presidente da AM** esclareceu que na última reunião de AM, o membro da AM Joni Ledo, apresentou uma proposta que recomendava a alteração do nome a *Rua Dr. “Oliveira Salazar”* para *“Rua dos Bombeiros”*. A proposta foi votada por duas vezes onde nas duas votações houve um empate com 6 votos contra, 14 abstenções e 6 votos a favor. Subsistindo o empate, decidiram passar a votação de alteração do nome da rua para a reunião seguinte. -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** disse que o intuito da proposta vai de encontro a três questões: a primeira é o serviço prestado pelos Bombeiros em prol da população e é merecedor de todas as homenagens. A segunda é elencar quem foi o Dr. Oliveira Salazar, que foi o rosto do Estado Novo, um regime autoritário, com quarenta anos de



ditadura. Em terceiro, é que a rua *Dr. Oliveira Salazar* é conhecida já pela *rua dos Bombeiros*, sendo este o principal argumento, pois a rua não é conhecida por esse nome e é uma questão de dar verdade ao nome da rua. Relativamente à Lei, disse que ao abrigo do artigo 52 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, qualquer membro da AM tem o poder de apresentar propostas, moções e recomendações no período antes da ordem do dia. A partir de 2013, a Junta de Freguesia tem o poder de colocar placas toponímicas e tem o poder de emitir um parecer. No entanto, a rua é anterior à Lei, ou seja, a AM como órgão mais representativo do concelho, tem a legitimidade de propor à Câmara Municipal, a recomendação e, por sua vez, a Câmara tem que questionar a Junta de Freguesia e esta dirá o que tem a dizer sobre o assunto. Ao abrigo dos poderes da AM, não pode obrigar a Câmara a fazê-lo, por isso é que é uma recomendação e não é uma obrigação. -----

----- **O Membro da AM Hernâni Teixeira (PS)** disse que estará sempre de acordo em tirar o nome do *Dr. Oliveira Salazar* do que quer que seja. Mencionou que há mais de 20 anos propôs a alteração do nome da rua. Disse que se absteve na reunião anterior porque não quer que haja aproveitamento político em relação a esta questão. Indicou que viveu cerca de 19 anos do regime Salazarista e sabe bem o que é ir para a escola sem sapatos e cheio de fome. Não pretende que ninguém tire dividendos desta questão e o seu voto desta vez será a favor. -----

----- **A Presidente da AM** colocou a proposta apresentada pelo membro da AM Joni Ledo do BE (*Anexo II*) a votação. -----

----- **Votação:** A proposta apresentada pelo membro da AM Joni Ledo do BE (*Anexo II*), foi rejeitada com 2 votos a favor, 6 votos contra e 17 abstenções. -----

----- **PONTO TRÊS: PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 39.º): EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA N.º 15 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.** -----

----- **A Presidente da AM**, sobre do expediente, informou que chegou uma carta do Sr. Luís António Morais Barata (*Anexo III*), acerca de uma propriedade com utilização turística no Concelho, a dizer que precisava de uns arranjos nos caminhos de acesso. Leu a carta para todos os membros presentes. Entende que este assunto não é do âmbito da AM, mas sim, da CMVF. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** entende, pelo que ouviu, que esta carta se prende pela razão de já ter sido dirigida uma carta à CMVF e, ou não teve resposta, ou a resposta não agradou. Como eleitos, têm que esclarecer o assunto. Solicitou ao Presidente da CMVF que pudesse esclarecer o conteúdo da carta. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que não sabe o que está na carta, mas pediu para se pensar na perigosidade do precedente que se pode abrir. Disse que se escrever uma carta pessoal a alguém, e esse alguém não dá a resposta pretendida, não vai escrever a outro órgão que nem sequer tem competências para o assunto e nem vai revelar o que escreveu, nem tornar público o que está escrito havendo considerações

pessoais. Entende que tem de haver algum cuidado, caso contrário, qualquer pessoa escreve qualquer coisa, a resposta não é a pretendida e vem para a AM tecer considerações pessoais sem nunca se ficar a saber a realidade dos factos. -----

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que discorda do membro da AM João Valério relativamente ao conteúdo e à forma. Entende que qualquer carta dirigida ao Presidente da CMVF é oficial e não correio pessoal, salvo raras e honrosas exceções. Mencionou que este assunto é um assunto oficial e inclusivamente ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo (CPA), qualquer documento dirigido a uma entidade oficial, carece de resposta. Referiu que está nas mãos do Presidente da CMVF esclarecer o assunto. -----

----- **O Presidente da CMVF**, através do seu tablet, mostrou uma fotografia onde localizou a Quinta em questão, dizendo que a distância entre a referida quinta e a Estrada Nacional 102 são cerca de 600 metros. Referiu que, desses 600 metros, cerca de 320 metros pertencem ao Concelho de Moncorvo e 280 metros pertencem ao Concelho de Vila Flor. Explicou que a meio existe a Ribeira da Vilarça, que tem uma bacia hidrográfica de muitos quilómetros quadrados, com uma zona de alagamento entre 50 a 70 metros de altura, o que quer dizer que não basta fazer um pequeno pontão, tem que ser feita uma ponte. Disse que o Presidente da Câmara de Vila Flor não esteve no local, porque conhece muito bem toda esta zona, mas esteve lá o Vice-Presidente com os técnicos da Câmara. Informou que recebeu o senhor que escreveu a carta com toda a cordialidade e simpatia que costuma ter com todos os investidores. Na altura informou que isto era muito difícil de fazer, pelo investimento, pelos pareceres que são precisos e porque envolve outra entidade que é a Câmara Municipal de Moncorvo. Entende que os 600 metros de estrada referidos entre a Estrada Nacional e a unidade de Agroturismo são fundamentais, mas informou que também existem outros acessos. Mencionou que a carta recebida faz observações nas quais não se revê nem concorda. Informou também que já solicitou à Associação de Municípios que fizesse uma avaliação mais pormenorizada, pois entende que esta ponte tem que servir para todo o ano, com tempo de recorrência de cheia de mil anos. O requerente diz também na carta que o acesso tem de ser asfaltado, no entanto, o maior problema é a ponte que tem de se fazer. Disse que gostaria de poder fazer tudo e que é a favor do desenvolvimento e apoio ao turismo, mas não tem culpa dos problemas geográficos que as propriedades têm e que as pretensões dos requerentes não sejam facilmente atendíveis. Comunicou que vai continuar a estudar esta situação e, se existe algum quadro comunitário para estas questões, desconhece, porque os fundos comunitários não servem para tudo e algumas gavetas são difíceis de abrir. Disse que não está em causa o apoio ao Turismo, ou o apoio a esta unidade, o que está em causa é uma questão de oportunidade e de investimento.-

----- **O Membro da AM Artur Pires (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que o esclarecimento dado pelo presidente da CMVF foi altamente pertinente e entende que teve todo o sentido em ser feito. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que o esclarecimento do Presidente da CMVF foi cabal, que ficaram esclarecidos sobre o assunto, sem levantar questões

nem tecer considerações pessoais. Esta situação fez-lhe lembrar um outro investimento turístico, há alguns anos atrás, que também se localizava numa das margens entre Vila Flor e Alfândega da Fé, em que houve o compromisso da Câmara de Alfândega da Fé em fazer o pontão e a Vila Flor cabia fazer o caminho de acesso. Referiu que hoje, o caminho de acesso está feito, mas o pontão está por fazer. Entende que, entre os Municípios é difícil de resolver estes assuntos. -----

----- **O Presidente da CMVF** mencionou que não tem nada contra este investidor, o problema está no investimento que a Câmara irá ter que fazer para beneficiar e empreendimento. Referiu que também existem outros investimentos, como a estrada dos Pereiros para Freixiel, a ponte do Tua e o investimento que mencionou o membro da AM João Valério, onde o investimento está noutra Concelho, mas as infraestruturas estão no Concelho de Vila Flor. Referiu que o caminho mencionado pelo membro da AM João Valério está feito, mas não está pavimentado. Gostaria de um dia poder pavimentar, mas é preciso priorizar os assuntos. -----

----- **O Membro da AM Rui Machado (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que, em relação ao empreendimento mencionado, existem outros acessos sem precisarem da Câmara de Moncorvo e sem precisarem de passar por cima da Ribeira. Mencionou que, na mesma zona, está a nascer uma das maiores adegas nacionais, que pertence ao grupo Symington e que, mais tarde ou mais cedo, era bom ver esses caminhos arranjados. Disse que seria uma boa forma dos produtos chegarem à Estrada Nacional sem ficarem amassados e em boas condições para chegar ao mercado. -----

----- **O Presidente da CMVF** referiu que existem outros acessos e informou que a adega do grupo Symington fica na outra ponta do Carrascal, no entanto, a adega dos Symington não veio reivindicar nada. O Senhor que apresentou a referida carta, não reivindicou outro acesso, reivindicou exatamente o que está descrito na carta, porque é o que vai ter direto à Estrada Nacional e não quer outro acesso para além deste. Disse que os produtos não se danificam nos caminhos até à Estrada Nacional. Entende que é preciso investir e arranjar os caminhos, mas que neste caminho é preciso haver um grande investimento, pois não é apenas um pontão, mas sim uma ponte, que tem que ter um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e o apoio da Câmara Municipal de Moncorvo, porque metade da ponte fica nesse Concelho. -----

----- **A Presidente da AM** disse que iriam remeter este assunto para a CMVF e que iriam informar o requerente da decisão. Deu conhecimento do expediente, informando que os exemplares solicitados do livro editado pela *Associação de Estudos de Direito Regional e Local* que é um tipo de regimento para as Assembleias, ainda não chegaram. Informou que chegaram uns livros que distribuiu pelos líderes de cada bancada. Informou que chegaram algumas considerações da ANAM e as que considerou mais importantes, remeteu por email para os líderes das bancadas. Deu conta que no dia 7 de julho, irá haver uma conferência dirigida a todos os Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito, que tem por título "*O que nos ensinou a pandemia face à emergência da regionalização.*" Disse que terá como oradores a Dra. Cristina Azevedo, que é a consultora na área do *Desenvolvimento Regional e Fundos Comunitários* e o



encerramento será feito pelo Secretário de Estado do Planeamento. Mencionou que irá estar presente na conferência e que na próxima reunião informará do que foi falado. --

----- **A Presidente da AM** colocou a Ata número quinze a votação. -----

----- **Votação:** A Ata número quinze foi votada, com 10 votos contra da bancada da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP, uma abstenção e 18 votos a favor da bancada do PS. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que o código do procedimento administrativo só permite votar na Ata quem esteve presente na reunião. -----

----- **A Presidente da AM** mediante a situação, colocou novamente a Ata número quinze a votação. -----

----- **Votação:** A Ata número quinze foi aprovada por maioria, com 8 votos contra da bancada da Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP, e 12 votos a favor da bancada do PS. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que a votação não é para melindrar o trabalho de quem faz as Atas, é mais uma chamada de atenção do que estar contra o que está escrito. Disse que a bancada da candidatura “Acreditar” vota contra a aprovação da Ata N.º 15, por entender que a mesma não reflete algumas das intervenções, suscitando dúvidas na sua transcrição, de tal modo que, requereu à Presidente da AM a gravação da mesma, não tendo sido entregue. Disse que gostaria de ter acesso à gravação, embora nunca tenha sido negada pelo funcionário, mas implicava estar sentado cerca de quatro horas a ouvir. Disse que, podendo levar a gravação em formato digital para casa (numa pen drive ou num cartão de memória ou em CD) poderia ouvir calmamente e seria mais fácil. Suscita algumas dúvidas se as coisas que foram ditas estão mesmo de acordo com o que está escrito. ---

----- **O Presidente da JF de Vale Frechoso, José Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que votou contra a Ata, de acordo com o que o membro da AM André Ferreira acabou de dizer e também porque, na AM anterior, fez uma intervenção onde falou do muro de Vale Frechoso e falou da Escola e na Ata, foi sonogada ou omitida essa informação. Nessa reunião, disse que o muro se encontra em perigo iminente de derrocada sobre o caminho público, colocando em risco a segurança e a vida das pessoas que por lá passam. Soube que a Câmara já lá colocou sinalização, a Junta também, mas algumas pessoas destroem a sinalização e a maior parte das pessoas e carros, passam para o outro lado para a Rua do Muro. Quer saber quem é o responsável se um dia acontece alguma desgraça naquele local. Sobre a Escola, disse que falará no ponto seguinte. -----

----- **A Presidente da AM** disse que quando foi questionada acerca da consulta da gravação da Ata, respondeu dizendo para irem ter com o técnico para mostrar o que fosse necessário. Obviamente, não iriam ouvir as quatro horas de gravação, o Técnico selecionaria a parte da gravação pretendida. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que, numa situação em que acha que a Ata não traduz aquilo que foi dito, propõe-se uma alteração. Entende que, dizer que concordam, que aceitam, que confiam e depois votam contra e não dizem o motivo, isso não lhe parece bem. Disse que, falar em sonegar uma declaração é grave. Aquilo que se deve dizer é, “*Eu não disse isso, disse aquilo*”, “*Proponho que seja feita a alteração*”. Se a alteração não for feita, então aí, poderão votar contra a Ata. Disse que aproveitar declarações para dizer outras coisas também não lhe parece bem. Mencionou que no Relatório de Atividades presente, o muro de Vale Frechoso está a concurso e também disse, na última reunião de AM, que estava a elaborar o projeto. Referiu que têm que confiar uns nos outros. Disse que tinha toda a confiança em quem fazia as atas nos mandatos anteriores, tal como tem toda a confiança em quem faz as Atas neste mandato. Disse que erros pode haver, mas os erros corrigem-se. -----

----- **O Membro da AM Emílio Almendra (PS)**, acerca do acesso às gravações, disse que não é tão simples como solicitar. Informou que pediu algumas informações e disse que é necessário ter algumas considerações que não são fáceis de decidir e provavelmente, não terão competências para o fazer. Disse que a Lei de acesso ao documento administrativo, define o que é, e o que não é um documento administrativo. Falta saber se esta gravação que está a ser feita, é ou não um documento administrativo. Referiu que não é um documento administrativo porque, não está previsto em regimento haver gravação. Não havendo gravação da sessão, o que aqui está, é equiparado a notas pessoais que são retiradas por quem vai fazer a Ata, para depois a elaborar. Sendo nota pessoal, não é documento administrativo e não sendo documento administrativo, não é de consulta. Se o quiserem considerar documento administrativo, teria que ser um documento nominativo, porque contém considerações acerca de pessoas singulares que são identificadas ou identificáveis e como tal, muitas vezes contém apreciações ou juízos de valor, logo é um documento nominativo. Assim sendo, só se pode consultar mediante algumas reservas. Disse que esta questão, não é tão simples e linear para que se possa disponibilizar esta gravação, nem que se possa consultar, para além daquilo que é a sua intervenção pessoal. Perante isto, disse que o melhor a fazer era, aquando da reunião dos grupos parlamentares acerca da gravação das sessões, que se aprofunde este assunto e que se peça um esclarecimento mais formal. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que não duvida da explicação que acabou de ouvir, no entanto, os líderes das bancadas já concordaram com a gravação e com a consulta das mesmas. Se a reunião fosse transmitida em vídeo, estas questões já não se colocavam, pois poderiam aceder às gravações da reunião normalmente. -----

----- **O Membro da AM João Valério (PS)** disse que comunga da mesma opinião relativamente às gravações em vídeo e que esta discussão já tem vários anos. Referiu que há vários pareceres pedidos à Comissão de acesso aos documentos administrativos e desde que a Lei foi publicada, os juristas têm várias dúvidas. Disse que os pareceres vão no sentido de que, se estiver regimentado, podem aceder às gravações. Neste

momento, através de um parecer da DGAL de 2016, qualquer membro se pode recusar que as suas intervenções sejam gravadas. Mencionou que havia a necessidade de se sentarem e de alterarem o regimento, pois neste momento, da forma como está, a gravação, não sendo um documento reconhecido formalmente, não é um documento administrativo. Repetiu que, em tese, é totalmente a favor da transmissão, da transparência e de tudo o que possa levar a mensagem lá para fora. Indicou que, o cruzamento das várias legislações são de tamanha dificuldade, que as próprias CCDR's emitem pareceres contraditórios. Entende que existe a necessidade de se sentarem e de verterem estas ideias em regimento. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que não tem nada contra a gravação das Assembleias Municipais em sistema de som e imagem. Sobre a transmissão em direto, disse que é preciso ter muito cuidado com a Lei da proteção de dados pessoais, pois pode haver alguém que não queira aparecer. Entende que quanto mais a democracia for direta, melhor será, no entanto, é preciso alterar o regimento e consultar a Lei e ver até onde se pode ir. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP)** disse que, no que toca à proteção de dados, as Assembleias são públicas e todos os membros são figuras públicas. Entende que é só uma questão de regulamento e de entendimento. Em relação ao equipamento, entende que deve ser a CMVF a comprar, visto que a AM não tem orçamento. -----

----- **O Presidente da CMVF** disse que o problema não está na compra do equipamento mas sim, no princípio. Entende que é preciso proteger as pessoas e evitar que se seja alvo de chacota, só porque se fala ou se age de uma determinada forma. ---

----- **PONTO QUATRO: TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA NATUREZA NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** -----

----- **O Membro da AM Joni Ledo (BE)** disse que não parece um bom princípio fazer comentários a uma declaração de voto. Mencionou que, no regimento, neste ponto, não consta a apresentação de declarações políticas mas está previsto no regimento no artigo 37.º. Disse que desde o dia 28 de fevereiro que não há reunião de AM, devido à nova realidade do coronavírus que veio mudar a forma como vivemos em sociedade e a forma como nos relacionamos. Referiu que a vontade do BE não era que a AM tivesse sido só hoje. Indicou que enviou uma proposta para a Presidente da mesa, para que a AM de abril se tivesse realizado por videoconferência, pois entendia que haveria condições para se poder realizar. Disse que recebeu com sorriso uma matéria enviada pela Presidente da AM sobre as Assembleias Municipais serem provedoras do cidadão durante a pandemia. Indicou que na notícia se podia ler: *"Numa altura em que as reuniões desta estrutura serão feitas na sua grande maioria por videoconferência, às quais o público não podia assistir como habitualmente acontece, as Assembleias foram importantes veículos da opinião dos cidadãos. Ressalvou o Presidente da ANAM, Albino*

*Almeida.*” Disse que afinal ter razão antes de tempo, é não ter razão. Durante o período de confinamento, o BE abordou algumas propostas para o Concelho, como a suspensão das rendas das casas de habitação social, a sinalização dos casos dramáticos, como as pessoas que trabalham na agricultura sem contrato de trabalho e por isso não são abrangidas pelas prestações sociais. Enviou também uma proposta em que, a CMVF serviria de intermediário entre os produtores e as pessoas que precisavam de maior auxílio. A proposta consistia numa compra direta aos produtores de forma a fornecer quem mais precisasse. Indicou que defenderam também, a garantia de alojamento para os profissionais de saúde, dos lares e de outras instituições que precisassem de isolamento profilático. Reparou que algumas foram realizadas pelo Município, outras não e outras foram desenvolvidas de forma diferente, como é o caso do “*Mercadinho*”. Considera que a isenção das rendas e do pagamento das faturas de água do mês de abril, é melhor do que nada, mas considera escasso, podendo no mínimo serem alargadas as medidas até ao mês de maio, altura em que, mesmo não estando em Estado de Emergência, muita gente viu reduzidos os seus salários tal como os comércios na quebra de vendas. Não entende estas propostas feitas pelo BE como um aproveitamento político, tal como também não entende como um aproveitamento político quando a CMVF divulga no Facebook, a suspensão de rendas do mês de abril ou os 200 mil euros de apoio aos comércios e indústrias. Disse que não é contra, mas não gosta que o venham acusar, cada vez que faz uma proposta, que é aproveitamento político ou que é uma questão ideológica. Viu a notícia que foi retirado o amianto da Escola de Freixiel e questionou o Presidente da CMVF se existe mais alguma escola com amianto no Concelho. Referiu que o Ponto 2 e o Ponto 4 do regimento, dizem a dada altura a mesma coisa, na parte onde fala “*Tratamento de assuntos de interesse municipal relevante e urgente, desde que pela sua natureza não possam transitar para uma próxima reunião*”. É um reparo que se pode tratar aquando da alteração do regimento. Entende que o Presidente da CMVF não deve tecer considerações, quando são assuntos da AM. Em relação aos dois pareceres jurídicos diferentes, questionou qual o parecer que devem considerar. Na dúvida, se todos entenderem que as assembleias sejam transmitidas online, direto ou diferido, devem ir em frente, visto que existe um parecer que dá argumentação a isso. Mostrou-se disponível para uma reunião para proceder a essa alteração no regimento. -----

----- **O Membro da AM Rui Machado (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que o “*Mercadinho*” foi uma excelente ideia, mas lamentou o facto de não ter sido acompanhada pela CMVF, talvez com medo da COVID-19. Em relação ao Mercado Municipal, entende que estes vendedores são os únicos resistentes às grandes superfícies e estão a tentar resistir contra a extinção. Entende ser essencial voltar às origens e aos produtos tradicionais e ao contacto com o vendedor. Este terá que estar associado a uma nova dinâmica e a um espaço completamente reformulado. Mencionou que ainda há lugar para o Mercado Municipal e para todos os “*Mercadinhos*”. Referiu

que estes, devem ser encarados como símbolos do passado, formatados no presente e com clara vocação e importância para o futuro. -----

----- **O Presidente da UF de Vila Flor e Nabo, Justino dos Santos (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** em relação ao abastecimento de água à aldeia do Nabo, disse que as pessoas estiveram mais de vinte e quatro horas sem água e, nesta altura do ano, em que as pessoas se levantam cedo para ir para a agricultura, quando chegam a casa querem tomar um banho. Reparou que houve roturas nas condutas que abasteciam os depósitos. Questionou o Presidente da CMVF se, quando os depósitos ficam sem água, existe algum sistema que avise da falta de água. Referiu que havendo, seria mais fácil dar resposta por parte dos serviços e minimizar os problemas da falta de água no Nabo e em todo o Concelho. Disse que a União de Freguesias de Vila Flor e Nabo, continua sem anuência da Câmara Municipal da decisão da Assembleia de Freguesia desde 19 de julho de 2019, da aceitação de transferência de competências, não estando a ser respeitada a Lei nem a ser assegurado o princípio da reorganização administrativa em relação às Freguesias. Questionou o Presidente da CMVF, sobre o que está a pensar fazer, visto que em 2021, estas competências têm de passar obrigatoriamente para as Juntas de Freguesia. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** falou do 25 de abril e disse que é fundamental que estejam à altura do momento e não dar sinais errados de forma a comprometer o sucesso que todos querem atingir. Saudou os Vilaflourenses que, neste período difícil, mostraram mais uma vez o seu enorme sentido de responsabilidade. Deixou o seu reconhecimento profundo, não sendo com cravos que festejaram abril, mas sim com respeito pelos Vilaflourenses, principalmente com os que têm estado na linha da frente, dos que encerraram os seus negócios, dos inúmeros sacrifícios a que todos foram sujeitos, dos que foram infetados, dos que perderam a vida, não podendo celebrar a liberdade, sem pessoas livres que a possam celebrar. Disse que não é o 25 de abril que dá sentido à liberdade, mas é a liberdade que dá sentido ao 25 de abril. Mencionou que o combate tem de continuar e não podem, de forma alguma, facilitar nas atitudes para entrar numa nova normalidade. Até lá, continuarão unidos em prol de um bem maior que é a vida, sem bandeiras partidárias e continuarão a apresentar propostas que ajudem a combater esta pandemia, medidas concretas de combate e medidas de incentivo à economia local. No seu entender, a habitual sessão solene comemorativa do 25 de abril, promovida pela AM, poderia ter-se realizado por videoconferência, transmitida em direto na página do Facebook do Município, ou com gravação das intervenções dos representantes dos partidos com assento na AM, elencando outro valor interligado com a liberdade que é a igualdade. Falou de uma entrevista dada pelo Presidente da CMVF no dia 13 de março de 2020 a um órgão de comunicação social sobre o Museu de Vila Flor. Disse que ficou surpreendida pelo facto de o Museu não fazer parte da Rede de Museus Nacionais. Citou algumas partes da entrevista dada pelo Presidente da CMVF quando diz que “A

localidade de Vila Flor tem um museu considerado singular com um espólio que testemunha séculos de vivência neste Concelho do Distrito de Bragança, mas que está em risco por falta de dinheiro para obras”, o Presidente da CMVF questiona também “onde é que arranjam dinheiro para obras?” e da mesma forma responde, “não podem candidatar-se à linha de financiamento da cultura porque o Museu Berta Cabral não faz parte da Rede Nacional de Museus”. Mencionou que, na mesma entrevista, o Presidente da CMVF diz que tem um plano para requalificar o Museu mas falta o financiamento, que não se trata de obras de grande montante, estimando o valor entre trezentos a quatrocentos mil euros. Questionou o Presidente da CMVF sobre o porquê do Museu Berta Cabral não fazer parte da Rede Nacional de Museus. Questionou também, havendo em outubro de 2018 obras previstas para este Museu, o porquê de não terem sido feitas e se é mesmo necessário que haja financiamento externo, ou se a Câmara não pode financiar estas obras. Numa outra entrevista que passou no canal SIC Notícias, a 24/06/2020, sobre o comboio do Vale do Tua, o Presidente da ADRVT (Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua) e o Diretor do PNRVT (Parque Natural Regional Vale do Tua), diziam que o regresso da linha estava novamente adiado depois de 16 milhões de euros gastos durante três anos, entre avanços e recuos. O Presidente da ADRVT disse que a culpa é da falta de interação com a CP (Comboios de Portugal), o Diretor do PNRVT disse que dependem das licenças, autorizações e especificou o IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), a CP e a REFER (Rede Ferroviária Nacional). Disse que estes serviços estão centralizados em Lisboa e que são muito lentos nas respostas. Informou que em entrevista ao Jornal de Notícias de 18/05/2019, o Sr. Mário Ferreira dizia que as obras na via, ainda não tinham começado e se não estivessem prontas dentro de um ano, saía do projeto. Questionou o Presidente da CMVF se o que o Sr. Mário Ferreira disse em entrevista, seria verdade e quais serão as consequências caso o empresário saia do projeto. -----

----- O Presidente da CMVF, relativamente ao membro da AM Joni Ledo, informou que nunca lhe disse que tirava aproveitamentos políticos. Sobre o amianto, disse que identificaram três Jardins de Infância (JI) com amianto, o JI de Seixo de Manhoses, o JI de Vilas Boas e o JI de Freixiel. Em termos de financiamento, só tinham sido contemplados com apenas um. Não concordou e reclamou. Já fez o reparo e espera poder resolver o assunto. Entende que o que aconteceu é que há Jardins de Infância agregados à respetiva escola e quando diz que é um Jardim de Infância que tem amianto, o Ministério vai à lista e verifica que já se encontra fechado. O programa de combate ao amianto vai ser financiado no NORTE 2020, num pacto que já está contratualizado com a CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes). Neste sentido, vão ter a possibilidade de fazer estas obras e vão ter também mais obras na Escola Secundária. -----

Em relação ao membro da AM Rui Machado, disse que durante o período de emergência e o período que se seguiu até à data, nunca esteve confinado, pois trabalhou “oito dias por semana” e não admite o tipo de linguagem usado pelo membro da AM Rui Machado

J  
B  
E

quando diz que teve medo da COVID-19. Disse que se alguém arriscou muito, foi o Presidente da CMVF e a sua equipa. Louva muitos dos funcionários da Câmara Municipal, que também o fizeram. Muitos deles, mesmo em casa, nunca deixaram de fazer uma reparação de água, de esgoto ou outra reparação qualquer. Quando disse que o “Mercadinho” foi uma excelente ideia mas não foi acompanhado pelo Presidente da CMVF, isso não corresponde à verdade. O “Mercadinho” é uma excelente ideia e foi muito bem acompanhado pelo Vice-Presidente do princípio ao fim, por delegação do Presidente da CMVF. Tal como a feira quando abriu, foi ao Vice-Presidente que coube essa responsabilidade. Sobre o Mercado, disse que uma das coisas que está no seu programa eleitoral, é a sua reparação, tendo já um projeto em execução. Informou que a questão se prende pelo facto de o Mercado ter menos de 30 anos de construção e não existe nenhum fundo comunitário que o possa financiar. Entende que o Mercado Municipal para servir de incubadora de empresas e lojas e que tenha acesso direto à Avenida Marechal Carmona, é uma obra para mais de 1 milhão de euros. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da UF Vila Flor e Nabo, disse que houve na zona do Nabo cinco fugas de água, explicando que, quando há mudanças de temperatura, aparecem roturas nos tubos e que é uma situação recorrente não só em Vila Flor, mas em todos os concelhos. Disse que não há falta de infraestruturas, porque foi construído um reservatório novo no Arco, há cerca de quatro anos, com cerca de 50m<sup>3</sup>, que serve de regularização para o Arco, mas também para o Nabo. Além deste, o Nabo tem dois reservatórios iguais. O problema é que quando há fugas, algumas não são visíveis, porque se infiltram por debaixo da terra, apenas se vêem os reservatórios a baixar e só têm a informação das Águas do Norte que dizem que, em determinado local, existe um consumo exagerado de água. Em relação aos sistemas de alerta, disse que eles existem, mas que são muito caros e não conhece nenhuma Câmara que tenha esse sistema instalado. Em relação à transferência de competências, disse que sempre esteve disposto para conversar. Informou que nenhuma Junta de sede de Concelho tem a competência da limpeza, em todas elas, são as Câmaras Municipais que prestam esse serviço. Se quiser essa competência têm que se sentar para conversar, mas esse assunto está do lado da UF de Vila Flor e Nabo. -----

Em relação ao membro da AM Olívia Martins, disse que a videoconferência é possível, mas a AM é que decide isso. Relativamente ao museu Berta Cabral, disse que houve uma reformulação no quadro comunitário na altura da entrevista e percebeu que iria haver dinheiro para os Museus que pertenciam à Rede Nacional de Museus, daí, chamou à atenção do Diretor Regional da Cultura e da CCDR-N que não concordava por causa do Museu de Vila Flor que ficava de fora. Na entrevista, disse que não tem dinheiro, para complementar o que já tinha feito junto das entidades. O facto de o Museu de Vila Flor não pertencer à Rede Nacional de Museus não depende da CMVF. O Museu é Municipal e é gerido pela CMVF. Quando falou na imprensa, estava a enviar uma mensagem e o objetivo era dizer que o nosso Museu deveria ser contemplado e não foi. Sobre o Tua, disse que é um dos projetos que pode trazer mais desenvolvimento económico ligado



ao Turismo para a Região. O Tua é cada vez mais conhecido no país e tem uma beleza espantosa. Existem já cerca de 50 quilómetros de percurso pedestre, tem um Centro Interpretativo, tem um Parque Natural e tem uma linha férrea com algumas dificuldades. Conseguiram arranjar um operador, mas a entidade reguladora levanta sempre algumas questões de segurança da linha, que ainda hoje está interdita. Informou que se gastaram há pouco tempo cerca de 5 milhões de euros, dos quais a CP vai pagar 1 milhão e 280 mil euros. Falta resolver o problema de um hangar para proteção e manutenção do comboio. Disse que está resolvida a questão do equipamento de deteção de blocos. O operador está licenciado e as motoras estão a andar para o transporte quotidiano. Entende que, depois de todo o investimento já realizado, não pode ser deitado fora e entende também que o Sr. Mário Ferreira também não o queira fazer. -----

Sobre a Escola Básica, disse que a empreitada está terminada, mas ainda não foi recebida provisoriamente e há algumas deficiências que o empreiteiro está a resolver. O equipamento já está todo lá dentro, os quadros interativos, as cadeiras e as mesas. Disse que têm que pedir uma inspeção ao Ministro da Educação, mas que estes, podem não ter tempo de vir antes da abertura no novo ano escolar, por causa da COVID-19. A nível de consequências na rede escolar, disse que para já não tem nenhuma. Salientou que todos os Ministérios já quiseram fechar escolas, mas a CMVF sempre se opôs e não pretende fechar nenhuma. Em relação ao PIICIE (Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar), disse que o Psicólogo já está ao serviço, só falta o Terapeuta da Fala porque o concurso ficou deserto. Em relação à distribuição de máscaras, disse que já têm os Kits prontos, mas ainda não foram distribuídos. Subscreevou o elogio que o membro da AM Artur Pires fez aos Vilaflourenses e entende que esta é uma luta de todos. -----

----- **O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** referiu que só existe um operador com exclusividade no Vale do Tua e que ainda não tem licenças para operar na linha férrea. Disse que existem mais empresas, que os Municípios podem tentar criar uma empresa Intermunicipal que trabalhe com barcos, ou tentar contactar algum empresário local que tivesse alguma capacidade orçamental para investir. Disse que os caminhos pedestres foram criados como medida de compensação, mas também é preciso fazer a sua manutenção. Questionou sobre o que tem sido feito nesse sentido. Em relação à Escola Básica, disse que esteve nas suas instalações e questionou se as pequenas reparações a executar pelo empreiteiro serão só no seu interior ou se também envolve o espaço exterior, visto que o passeio não está apresentável. Mencionou que as entidades executam as obras, recebem o dinheiro e depois em relação às garantias, normalmente, corre sempre mal. Se as obras são da competência da empresa, entende que o Município não deve dar a obra como terminada, nem efetuar os respetivos pagamentos sem que esteja reposto o que está mal, caso contrário, o Município é que acarreta com as despesas. Na questão dos Museus, mencionou que houve uma verba que foi gasta no Cabeço da Mina e

supostamente o que não se conseguiria gastar seria para os Museus. Pediu esclarecimento em relação a este assunto. -----

----- **O Membro da AM Michel Monteiro (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** relativamente ao direito de resposta que o Presidente da CMVF utilizou na intervenção do membro da AM Rui Machado, passando pela intervenção do membro da AM Joni Ledo, o Presidente disse que tinha muito cuidado nas palavras que emprega, no entanto, já é a segunda vez que ouve o Presidente dizer, numa AM, que “*não admite*”. Na posição de Presidente de Câmara, entende que pode ou não concordar com o que é dito, mas admitir tem que admitir, caso contrário não estará no cargo nem na posição correta. ---

----- **O Presidente da CMVF** em relação ao operador, o Sr. Mário Ferreira, informou que houve um concurso público para arranjar um operador mas que ficou deserto. Mencionou que houve um trabalho muito pessoal de duas pessoas da EDP e do Dr. José Silvano, que contactaram todos os operadores do Douro. A mobilidade tem a ver com a parte fluvial e com a parte ferroviária. Na parte ferroviária não havia ninguém no país, os que operavam no rio foram todos contactados, abriram um concurso e ficou deserto. Só mais tarde apareceu o Sr. Mário Ferreira. Daí o motivo de ser o único operador. Em relação a criar a empresa Intermunicipal, disse que não fazia sentido neste caso. Relativamente aos caminhos pedestres, mencionou que os que pertencem à CMVF estão a ter manutenção, os que foram construídos pela *PNRVT*, têm alguma responsabilidade na sua manutenção. Tem a indicação que a manutenção foi feita e que houve uma vistoria. Se aparecer algum problema têm que ir lá ver para poder resolver. Relativamente à Escola Básica, referiu que existe um passeio junto à GNR que tem de ser rebaixado e que irá ser feito. Sobre o cabeço da Mina, disse que o dinheiro ainda não foi todo gasto, mas que a Câmara também ainda não recebeu o dinheiro todo. ----- Em resposta ao membro da AM Michel Monteiro, disse que não percebeu quando ficou indignado por ter dito “*não admito*”, mas deveria ter tido o mesmo tipo de observação relativamente à pessoa que se dirigiu ao Presidente da CMVF. Indicou que retira o que disse, mas também era bom que o membro da AM Rui Machado fizesse o mesmo. -----

----- **PONTO CINCO: ATIVIDADE MUNICIPAL - INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2, DA ALÍNEA C, DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

----- **O Presidente da CMVF** começou por dizer que se viveu um período complicado para o país e para as pessoas devido à pandemia. Quis deixar uma palavra a todos os Vilaflorenses e a todas as instituições que deram o seu melhor. Os Presidentes de Junta, as Forças de Segurança, os Bombeiros, a Saúde, os Médicos, Enfermeiros, a própria ULS, a Administração Regional de Saúde, a Saúde Pública, a Santa Casa da Misericórdia, a Educação e a Sociedade Civil, que tiveram uma atuação pedagógica e sempre presentes e colaboradores. Disse que a Câmara e o Concelho nunca pararam, tal como as obras que estão a decorrer, como o edifício da Câmara, o Encontro das Artes Graça Morais, a Praça da República, as Etar’s e a Piscina Descoberta, que se não fosse a pandemia estaria

pronta no mês de junho. Informou também que já foi entregue o projeto de execução da Barragem Redonda das Olgas e o Estudo de Impacte Ambiental, bem como as notas técnicas do regadio dos dois blocos, de Freixiel e do Vieiro. Candidataram-se a mais um regadio na zona da Vilariça, no Plano Nacional de Regadios. Celebraram um protocolo com a Câmara de Moncorvo para a conclusão da estrada do Nabo até à barragem do Arco e Ribeiro Grande. Já foi à Câmara o protocolo de cedência da Escola Básica N.º 1 e do Infantário ao Ministério da Justiça para fazerem as obras, numa cedência de 50 anos, que irá permitir libertar o edifício da Câmara Municipal. As luminárias do Concelho estão a ser substituídas numa candidatura de Eficiência Energética. Referiu que o trabalho dos Presidentes de Junta de Freguesia tem sido excelente com o acompanhamento que têm prestado à população, mostrando proximidade com os medicamentos e com outros assuntos de outras necessidades. Terminou dizendo que tem muito orgulho de ser Presidente da Câmara de Vila Flor. -----

**----- PONTO SEIS: ISENÇÕES DO VALOR DA FATURA DO CONSUMO DE ÁGUA, RENDAS RELATIVAS ÀS HABITAÇÕES SOCIAIS, RENDAS DO MERCADO MUNICIPAL E RENDAS DAS CONCESSÕES MUNICIPAIS PARA O MÊS DE ABRIL. - PARA CONHECIMENTO. -----**

----- O Presidente da CMVF disse que o documento já está na posse de todos os membros da AM para análise e solicita que seja votado favoravelmente. -----

----- O Membro da AM André Ferreira (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) disse que toda a sua bancada concorda com o documento, apenas questionou porque é que a isenção para além de abranger o mês de abril, não pode ser abrangida por mais meses. -----

----- O Presidente da CMVF disse que o mês determina a interrupção da cobrança de água, porque era muito arriscado os cobradores andarem de porta a porta tal como era arriscado, os moradores virem à Câmara pagar. Disse que a Câmara de Vila Flor é das Câmaras que menor receita tem porque são os que menos cobram e os que mais benefícios dão. Salientou o *IMI* onde é cobrada a taxa mínima, o *IRS* que é devolvido na totalidade e a não aplicação de derrama. Informou que também foi criado um fundo de 200 mil euros de apoio ao comércio e às microempresas que estiveram fechadas nesta época de pandemia. Referiu que a Câmara já tem um défice de tarifário na água, no saneamento e nos resíduos sólidos, que deriva do saneamento não ser cobrado e a taxa de água ser mínima, o que não dá para cobrir as despesas que são realizadas pelo Município. Isto também é um benefício que estão a dar às pessoas. Mencionou que também gostaria de perdoar tudo, mas tem que ter algum cuidado e tem de ter responsabilidade de gerir e não colocar em causa o futuro da Câmara e dos Vilaflourenses.-----

----- PUNTO SEETE: CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS DE VILA FLOR (FMEAMVF). - PARA CONHECIMENTO. -----

----- O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) disse que a criação deste fundo é muito bem-vinda aos comércios. Questionou o Presidente da CMVF sobre qual foi o critério de apuração destes valores, o porquê de se excluir as ordens profissionais, se já tem a noção do valor que vai ser cabimentado e qual o número de empresas que entende que irão ser abrangidas. -----

----- O Presidente da CMVF mencionou que houve apenas três Câmaras que criaram este fundo que foram Vila Flor, Bragança e Mogadouro. Bragança criou um fundo de 500 mil euros, fez as contas e dava cerca de 95 mil euros para Vila Flor. Entendeu que este valor não era suficiente e aumentou para 200 mil euros. Não consegue dizer ao certo o número de empresas que irão ser abrangidas, mas se houver muita adesão das empresas e este fundo não for suficiente, terão de repensar novamente. Disse que criou este fundo porque o Presidente da Câmara tinha competências para o fazer. Em relação às ordens profissionais ficarem excluídas, disse que teve que ser feito um regulamento e em todas as câmaras foi feito da mesma forma, sendo que em todas elas as ordens ficaram excluídas. Espera que os comércios que estiveram fechados possam vir a usufruir deste fundo. Informou que todas as inscrições são feitas *on-line* e quem vai gerir a plataforma é o Contabilista, Dr. João Rei, o Jurista, Dr. Tiago Morais e o Informático, Sr. Alfredo Peixoto. Espera que todos os membros da AM ajudem a divulgar este fundo porque é muito importante para os Vilaflourenses. -----

----- PUNTO OITO: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO 2019, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR. -----

----- O Membro da AM Michel Monteiro (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) quis esclarecer algumas dúvidas relativamente às reservas na Certificação Legal de Contas do Revisor. Questionou o porquê das contas não estarem certificadas no que respeita à participação na AIN (Agro Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A), visto que o Município detém os 100% do MIC (Matadouro Industrial do Cachão) e questionou quando irão ser auditadas essas contas. Relativamente ao ponto quatro da Reserva, não percebe porque é que há tantos anos têm um património de alguma forma desconhecido e não é relevado na contabilidade. Olham para as construções financeiras e não se sabe qual a dimensão e qual a estrutura do património que compõe este Município. Nas evidências do balanço de 13 milhões de imobilizações em curso, sabem que já existe 1 milhão e 500 mil euros que está a ser utilizado, ou seja, está a perder vida útil, no entanto, figuram ainda como ativos em curso, o que significa que, se aqui figura desta forma, não está a ser depreciado, produz efeitos, pode ter uma vida útil de 10 anos, não vai ter depreciação a gasto do exercício. Se fizerem as contas aos 651 mil euros



de resultado líquido, se tirarem a evidência que o revisor refere de 236 mil euros, o valor já não é tão pomposo. Em relação ao valor de cobranças duvidosas, não importa saber quem deve, mas os 98 mil euros também fariam a sua moosa no resultado do exercício, porque se for feita a provisão, esta provisão é considerada gasto e irá diminuir o resultado líquido do exercício. Contas feitas, estaria a falar na ordem de 340 mil euros que iriam retirar a este resultado líquido do exercício. Sabe também que foram ou irão ser transferidos 180 mil euros para a *A/N*. Face a este prejuízo que apresenta a *A/N*, questionou se esta cobertura dos prejuízos já vai ser feita com estes 180 mil euros transferidos, ou se o Município terá de suportar uma percentagem que lhe pertence para fazer face ao prejuízo aqui apresentado. Mencionou que existe uma empresa que não foi auditada nem certificada, que apresenta um prejuízo de 195 mil euros. Enquanto profissional na área, fica na dúvida se este prejuízo é ou não real e se interessa ou não à entidade. -----

----- **O Presidente da CMVF** sobre a *A/N* e o *MIC*, disse que foram auditados, mas os momentos foram desfasados. Aquando deste relatório, ainda não tinha saído o resultado dessa auditoria. Daí o resultado do prejuízo de 195 mil euros. Disse que se o membro da AM Michel Monteiro quiser consultar essa auditoria, a CMVF pode fornecer os documentos. Disse que no ano anterior já não pagaram os 180 mil euros à *A/N*, fizeram a cobertura de prejuízos que foi à volta de 150 mil euros do ano de 2014 e 2015. Este ano tem cerca de 90 mil euros para pagar. Referiu que por vezes a vontade é de fechar o *MIC*, mas entende que este setor é muito importante para os produtores do nosso Concelho e para os comerciantes ligados à pecuária. Confirmou que de facto têm reservas no património, que têm que fazer o registo e a avaliação com muito mais cuidado. Espera abrir brevemente um concurso para que uma empresa possa fazer a avaliação e o levantamento de todo o património. Sobre a cobrança de água, nos tais 98 mil euros mencionados pelo membro da AM Michel Monteiro, disse que é preciso pôr este sistema a funcionar, mas existe um senão, noutros Concelhos quando não existe pagamento, a água é cortada. Em Vila Flor são mais tolerantes. -----

----- **A Presidente da AM** colocou o ponto número oito a votação. -----

----- **Votação:** O ponto número oito foi aprovado por maioria, com 10 votos contra da bancada da Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP, duas abstenções e 16 votos a favor da bancada do PS. -----

----- **PONTO NOVE: PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE VILA FLOR - APRECIACÃO.** -----

----- **A Presidente da AM** deu conhecimento do documento, não havendo inscrições para intervenção, passou ao ponto seguinte. -----

----- **PONTO DEZ: 1.º PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, 2.º PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO, 3.º PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**

A REALIZAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR E O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA I.P. PARA CEDÊNCIA DA ESCOLA PARA REINSTALAR O JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

----- **O Membro da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)** disse que quando chegou a Vila Flor, ainda no mandato do Dr. Artur Pimentel, foi-lhe mostrado um projeto para construção de um tribunal junto ao edifício da *GNR*. A Câmara cedeu gratuitamente o terreno ao Ministério da Justiça e passado muitos anos esse projeto não foi construído, tendo a Câmara voltado a tomar posse desse mesmo terreno. Agora, o Edifício dos Paços do Concelho está em obras, onde estão contempladas também as obras do Tribunal. Disse que se lhe perguntarem se o Ministério da Justiça vai fazer estas obras no Edifício da Escola, diz que não acredita. Questionou o Presidente da CMVF o porquê de todos os funcionários da Câmara terem saído do Edifício e os funcionários do Tribunal continuarem no mesmo local. Disse que é constrangedor trabalhar com as obras a decorrer e com o barulho que se faz sentir. --

----- **O Presidente da CMVF** antes de responder às questões colocadas pelo membro da AM Olívia Martins, pediu ao vereador Abílio Evaristo que, por solicitação de uma AM anterior, informasse quantos visitantes teve o Museu Berta Cabral. -----

----- **O Vereador Abílio Evaristo** informou que no total, o Museu Berta Cabral no ano de 2019 teve 1685 visitantes, dos quais no mês de agosto foram 364 visitantes. No ano de 2018 teve um total de 1581 visitantes, sendo que em agosto foram 258 visitantes. Referiu que houve um aumento relativamente ao ano anterior em cerca de 100 visitantes, sendo este valor refletido sobretudo no mês de agosto. -----

----- **O Presidente da CMVF**, em relação às questões colocadas pelo membro da AM Olívia Martins disse que, de facto, houve um projeto de execução para a construção de um tribunal junto à *GNR*, o terreno foi cedido ao ministério da justiça, que por sua vez tinha verbas consignadas para a sua execução. Houve uma mudança de governo, o Dr. Artur Pimentel foi ao Ministério onde o Secretário-Geral disse que o projeto já não voltava atrás. Certo foi que o novo governo, a primeira coisa que fez foi mandar o projeto de Vila Flor para o lixo. Quando se resolveu fechar uma série de tribunais, a CMVF disponibilizou-se a fazer obras de requalificação dentro do espaço que o Tribunal ocupava no edifício da Câmara, pagas na íntegra pelo Município de Vila Flor. Mais tarde, já como Presidente de Câmara, foi contactado pelo Ministério da Justiça e foi questionado se queria comprar o terreno que lhes tinha cedido. Visto que, o terreno era exclusivamente para construção do Tribunal, e dado o facto de não se ter realizado a obra, houve uma escritura de reversão e a CMVF tomou novamente posse e construiu o Edifício da Escola Básica nesse local. Mais tarde, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça contactou a Câmara para obtenção de um espaço para construção de um tribunal, com a condição de cedência por um período de 50 anos. A

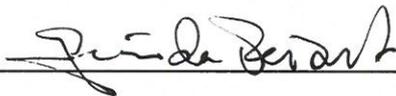
Câmara assumiu as despesas do projeto e o Ministério, através do Instituto, suportaria as obras. Acredita que a obra vai ser feita porque o Tribunal de Vila Flor tem bastante movimento, a partilha de espaço com a Câmara gera confusões, as testemunhas ficam num corredor, há julgamentos que terminam tarde e não ajuda nem dignifica a justiça. Acredita que as obras se irão realizar e fará tudo o que estiver ao seu alcance para que isso aconteça. Em relação às obras que foram feitas, disse que não é dinheiro deitado fora porque a Câmara mais tarde poderá ocupar todo aquele espaço deixado pelo Tribunal. Referiu que os funcionários do Tribunal não saíram do edifício porque as obras do Tribunal foram feitas uns anos antes, à exceção da sala de audiências e do ar condicionado que foi colocado agora. Deixa uma nota positiva aos funcionários do Tribunal pela colaboração e compreensão. -----

----- **A Presidente da AM** colocou o ponto número dez a votação. -----

----- **Votação:** O ponto número dez foi aprovado por unanimidade. -----

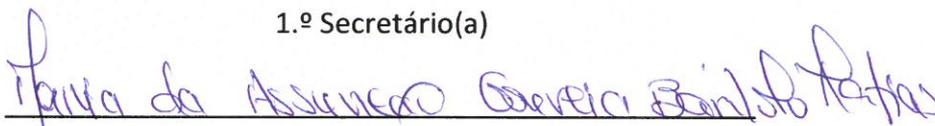
----- Nada mais havendo a declarar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata. -----

A Presidente da Mesa



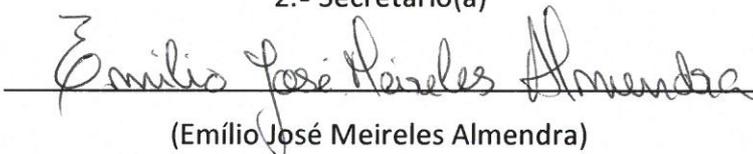
(Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

1.º Secretário(a)



(Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias)

2.º Secretário(a)



(Emílio José Meireles Almendra)

## ANEXO I



Já condecorado  
30/6/2020  
J. de S. de V.

Assembleia Municipal de Vila Flor  
30 de Junho de 2020

### Proposta

A bancada parlamentar da candidatura Acreditar Vila Flor (PPD/PSD – CDS/PP), apresenta a seguinte proposta.

Tal proposta surge novamente por até à data, não ter sido constituído nenhum grupo de trabalho para elaboração de melhoria da proposta, tal como tinha ficado programado na última reunião de Assembleia Municipal.

*(Ponto Único) -Aprovação da transmissão das reuniões das Assembleia Municipal, em registo de som e Imagem, em direto ou diferido, por qualquer meio técnico de transmissão pública existente, obedecendo aos seguintes pontos;*

- Somente serão transmitidas em registo de som e imagem as intervenções dos membros que compõe a Assembleia Municipal;

- Qualquer Membro da Assembleia poderá solicitar a não transmissão de som e imagem das suas intervenções;

- Na transmissão da Reunião da Assembleia Municipal não serão permitidos comentários, devendo assim estar excluída esta opção;

A assembleia municipal têm o poder de prever e regular no respetivo regimento, esta matéria, estabelecendo o regime que o órgão entenda dever vigorar em matéria de transmissão de som e imagem das suas reuniões, quer por terceiros (público ou jornalistas), quer no que toca à transmissão oficial das mesmas.

Desta forma será possível à população acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal, seja em direto ou noutra altura.

## ANEXO II



Bloco de Esquerda



### Proposta de recomendação

#### **Pela alteração do nome da rua “Dr. Oliveira Salazar” por rua dos “Bombeiros Voluntários”**

Considerando que:

António de Oliveira Salazar foi o principal rosto do Estado Novo, regime autoritário e de influência fascista de extrema-direita, que assolou Portugal durante 48 anos, tendo torturado e perseguido opositores, bem como condenando o povo à fome e à miséria.

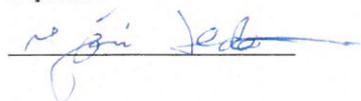
Os Bombeiros Voluntários de Vila Flor prestam um serviço exemplar e essencial às populações, merecendo todas as homenagens que lhes possam ser prestadas. Estes profissionais abdicam muitas vezes de horas com as suas famílias para se colocarem tantas vezes em situações de risco para defender o bem comum.

A rua Dr. Oliveira Salazar não é conhecida como tal pelos vilaflorenses. A população reconhece esta rua como rua dos “Bombeiros Voluntários”, e, neste sentido, a sua alteração apenas trará verdade ao nome desta.

Considerando o exposto:

A Assembleia Municipal de Vila Flor, reunida em Sessão Ordinária a 28 de fevereiro de 2020, propõe: recomendar à Câmara Municipal que altere o nome da Rua Dr. Oliveira Salazar por Rua dos Bombeiros Voluntários.

Deputado:





ANEXO III

Luis António Morais Barata  
Quinta dos Espinheiros  
5060-290 Provezende / Sabrosa

*Drª Carineia Peixoto  
30/6/2020  
Luis António Morais Barata*

Assembleia Municipal de Vila Flor	
ENTRADA	
N.º .....	PROC .....
Data - .....	26/06/2020
O(A) Funcionário(a).....	<i>[Signature]</i>

Exmª Srª  
Drª Gracinda Peixoto  
Digníssima Presidente da Assembleia Municipal  
do Município de Vila Flor  
VILA FLOR

Provezende, 19/06/2020.

\_\_\_ Junto envio a Vª Exª uma carta que foi dirigida ao Sr. Presidente da Câmara mas que depois de a senhora doutora a ler; eu peço ao Sr. Presidente da Câmara para que a apresente na Assembleia Municipal. \_\_\_

\_\_\_ Receio que ele o faça. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Por isso solicito a Vª Exª que seja portadora da carta para ser lida e discutida em Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Do resultado da discussão, gostaria de ter conhecimento do mesmo. \_

Com os melhores cumprimentos

*Luis António Morais Barata*

(Luis António Morais Barata)



**ANEXO III**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
DE  
Vila Flor

SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

**ALVARÁ**  
DE  
**LICENÇA DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA**

N.º 02

INSCRITA NO LIVRO DE REGISTO N.º 1 A FLS. N.º \_\_\_\_\_ EMITIDA EM: 9/8/2016

- Plano Director Municipal;  - Plano de Urbanização;  - Plano de Pormenor;  - Alvará de Loteamento;  
 - Área não abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território ou Alvará de Loteamento;  - Planos Especiais de Ordenamento do Território.

INFORMAÇÃO PRÉVIA N.º \_\_\_\_\_ DE 1/1  
LICENCIAMENTO DE OBRAS N.º 115 DE 30/8/2006

1. TITULAR DA LICENÇA Luís António Farias Basalo

1.2 Sede ou morada Quinta dos Espinheiros - Provesende - Saboia  
Cód. Postal 5060-090 Tel. \_\_\_\_\_ NIPC \_\_\_\_\_ C. Fiscal 125217277

2. ENTIDADE EXPLORADORA Quinta Amarela - Sociedade Aquícola

2.1 Sede ou morada Quinta Amarela - Vila Flor  
Cód. Postal 5360 Tel. \_\_\_\_\_ NIPC 50411422 C. Fiscal \_\_\_\_\_

3. REGIME DO EDIFÍCIO \_\_\_\_\_ Registo Predial N.º 275  
(N.º 6 do art.º 77.º do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Dec.-Lei n.º 177/01, de 4/6)

4. NOME DO EMPREENDIMENTO Quinta de Santa Luzia da Barançal

5. USO A QUE SE DESTINAM AS EDIFICAÇÕES Base de Campo  
Cabandeira linear habilitada 1-T1-3T2 e 1T3

6. TIPO DO EMPREENDIMENTO:  - Estabelecimentos Hoteleiros;  - Meios Complementares de Alojamento;  
 - Parques de Campismo;  - Conjuntos Turísticos.

7. GRUPOS:  - Hotel;  - Hotel Apartamento;  - Pensão;  - Estalagem;  - Pousada;  - Motel;  
 - Alojamento Turístico;  - Apartamento Turístico;  - Moradia Turística.

8. CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA \_\_\_\_\_

9. CAPACIDADE MÁXIMA PROVISÓRIA \_\_\_\_\_

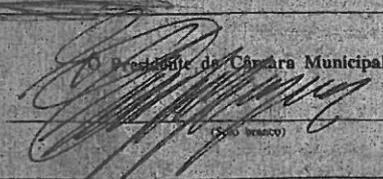
10. CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA Base de Campo

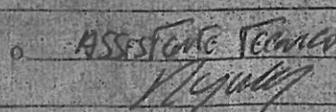
11. CAPACIDADE MÁXIMA DEFINITIVA 20 pessoas

CONTA:		Guia de receita
Taxa da Tabela	_____	N.º _____
Fretes	_____	de _____
Comissões	_____	<input type="checkbox"/> Fundamentado
SOMA	_____	

12. ALTERAÇÕES E AVERBAMENTOS \_\_\_\_\_

O presente alvará serve de título bastante para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 14.º do Dec.-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho.  
(Art.º ANEXO I da Lei n.º 93/08, de 24/10)

  
 Presidente de Câmara Municipal,  
 (Assinatura)

  
 Assistente Técnica,  
 (Assinatura)



**ANEXO III**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
DE  
Vila Flor

SERVIÇO DE: LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

**ALVARÁ**  
DE  
**LICENÇA DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA**

N.º 01

INSCRITA NO LIVRO DE REGISTO N.º 1 A FLS. N.º \_\_\_\_\_ EMITIDA EM: 9 / 8 / 2016

- Plano Director Municipal;  - Plano de Urbanização;  - Plano de Pormenor;  - Alvará de Loteamento;  
 - Área não abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território ou Alvará de Loteamento;  - Planos Especiais de Ordenamento do Território.

INFORMAÇÃO PRÉVIA N.º \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

LICENCIAMENTO DE OBRAS N.º 105 DE 11.106/1999

1. TITULAR DA LICENÇA Luís António Soares Barata

1.2 Sede ou morada Quinta de Espinheiros - Póvoa de Sabrosa  
Cód. Postal 5060-290 Tel. \_\_\_\_\_ NIPC \_\_\_\_\_ C. Fiscal 25011277

2. ENTIDADE EXPLORADORA Quinta Amarela - Sociedade Agrícola

2.1 Sede ou morada Quinta Amarela  
Cód. Postal 5360 Tel. \_\_\_\_\_ NIPC 501011472 C. Fiscal \_\_\_\_\_

3. REGIME DO EDIFÍCIO \_\_\_\_\_ Registo Predial N.º 923  
(N.º 6 do art.º 77.º do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Dec.-Lei n.º 177/01, de 4/6).

4. NOME DO EMPREENDIMENTO Quinta de Santa Luzia do Banascal

5. USO A QUE SE DESTINAM AS EDIFICAÇÕES Agru - Turismo  
Cabanas de habitação principal

6. TIPO DO EMPREENDIMENTO:  - Estabelecimentos Hoteleiros;  - Meios Complementares de Alojamento;  
 - Parques de Campismo;  - Conjuntos Turísticos.

7. GRUPOS:  - Hotel;  - Hotel Apartamento;  - Pensão;  - Estalagem;  - Pousada;  - Motel;  
 - Aldeamento Turístico;  - Apartamento Turístico;  - Moradia Turística.

8. CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA \_\_\_\_\_

9. CAPACIDADE MÁXIMA PROVISÓRIA \_\_\_\_\_

10. CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA Agru - Turismo

11. CAPACIDADE MÁXIMA DEFINITIVA 10 pessoas

DONTAL	Gota de receita
Taxa de Tabelas _____	N.º _____
Perfis _____	de _____
Comissões _____	O Fundador _____
SOMA _____	

O Presidente da Câmara Municipal,  
  
(Selo branco)

12. ALTERAÇÕES E AVERBAMENTOS \_\_\_\_\_

O presente alvará serve de título bastante para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 34.º do Dec.-Lei n.º 167/97, de 4 de Junho.  
(Mod. ANEXO I da P.O. n.º 830/98, de 24/11)

O ASSISTENTE FISCAL  
  
(Selo branco)

Mod. 1016-ET - Gráfica Ideal Aguiar



**ANEXO III**

Luís António Morais Barata

Quinta da Amarela – Sociedade Agrícola, Lda

Morada:

Quinta dos Espinheiros

5060-290 Provezende / Sabrosa

À:

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

VILA FLOR

Provezende, 19/06/2020.

\_\_\_ *É com grande revolta e indignação que me dirijo à Câmara Municipal de Vila Flor, na pessoa do seu Presidente.*\_\_\_\_\_

\_\_\_ *Os acima indicados são proprietários da “Quinta de Santa Luzia do Carrascal” sita no Vale da Vilariça, Freguesia e Concelho de Vila Flor.*\_\_\_\_\_

\_\_\_ *A Quinta possui 20Ha de vinhas, 5 casas de Agro-turismo, 1 Solar com Turismo de Habitação, que no seu conjunto alojam 35 pessoas, adega e lagares, cabanal para guarda de tractores, carrinhas e alfaias agrícolas, capela, piscina e uma vasta área de jardins e relva.*\_\_\_\_\_

\_\_\_ *As habitações foram legalizadas para fins turísticos pela Câmara de Vila Flor, como comprovo com cópias anexas.*\_\_\_\_\_

\_\_\_ *Os acessos desde a estrada nacional até á Quinta numa extensão aproximada de 600 metros, são péssimos sempre em mau estado. Desta situação dei conhecimento ao Presidente da Câmara há dois e um anos respectivamente.*\_\_\_\_\_

\_\_\_ *Destas reuniões, não muito amistosas por parte do Presidente, ele afirmou que até tinha dinheiro para orçamentar a obra, mas que envolvia outras entidades: Hidráulica e Câmara Municipal de Moncorvo.*\_\_\_\_\_

... / ...

### ANEXO III

... / ...

\_\_\_ Notei má vontade no Presidente em resolver esta situação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ São postos de trabalho em risco, é dinheiro que os turistas não gastam no comércio local (35 pessoas). A função da Câmara é resolver os problemas sociais e económicos do Concelho, o que não acontece. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Pergunto: Assim sendo, como foi possível a Câmara aprovar os projectos de reconstrução dos edifícios da Quinta e legalizar as casas para fins turísticos, quando os acessos são maus? É como que eu possua um loteamento legalizado para venda de lotes para construção de casas e a Câmara não ter executado as infraestruturas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ É necessário que a Câmara arranje o caminho público, asfaltando-o, com a construção de um pontão para ligar as duas margens da Ribeira da Vilariça, que sem este pontão, inviabiliza a sua travessia em 6 meses durante o ano. \_\_\_\_\_

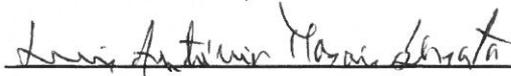
\_\_\_ Para isso, como sabe, existem Programas Comunitários que apoiam estes investimentos; tem de tratar de se mexer, desça da sua cadeira, do seu pedestal e ir ver, com olhos de ver, o que nunca fez, e visitar o local. Como lhe disse atrás, vejo em si má vontade em resolver o problema. Não é esta a sua função; mas sim zelar pelos interesses dos seus munícipes e apoiar, entre outros, o desenvolvimento do turismo porque implica a vinda de muita gente ao seu Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Tenho tido muita procura para alojamento de hóspedes, mas assim que vêem as condições de acesso, sempre reclamam e alguns desistem, tendo que lhes devolver o dinheiro que já pagaram. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Gostava que o conteúdo desta carta fosse levado a Reunião de Câmara. \_\_\_\_\_

\_\_\_guardo uma resposta escrita até 30 dias desta data. \_\_\_\_\_

Com os melhores cumprimentos



(Luis António Morais Barata)